

Ministério da Saúde

Secretaria de Vigilância em Saúde

Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador

Coordenação Geral de Saúde do Trabalhador

Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora

IV Encontro Nacional das CIST

Brasília, DF

21-22 de novembro de 2012

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ **Portaria GM/MS nº 1.823, de 23-8-2012 (D.O.U de 24-8-2012).**

❑ **ESTRUTURA**

- **FINALIDADE**
- **PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**
- **OBJETIVOS**
- **ESTRATÉGIAS**
- **RESPONSABILIDADES (DOS GESTORES DO SUS \ DOS CEREST E DAS EQUIPES TÉCNICAS)**
- **AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO**
- **FINANCIAMENTO**
- **ANEXO**
 - I - Elementos informativos da Política

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ Intersetorialidade

3º Considerando: alinhamento entre a política de saúde do trabalhador e a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), instituída por meio do Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ FINALIDADE (art. 2º)

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora tem por finalidade definir os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados nas três esferas de gestão do SUS – federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento das ações de atenção integral à Saúde do Trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ PRINCÍPIOS E DIRETRIZES (cap. I, art. 5º)

- Universalidade
- Integralidade
- Participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social
- Descentralização
- Hierarquização
- Equidade
- Prevenção

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ OBJETIVOS (cap. II, art. 8º)

- fortalecer a Vigilância em Saúde do Trabalhador e a integração com os demais componentes da Vigilância em Saúde;
- promover a saúde e ambientes e processos de trabalho saudáveis;
- garantir a integralidade na atenção à saúde do trabalhador;
- ampliar o entendimento de que a ST deve ser concebida como uma ação transversal, devendo a relação saúde-trabalho ser identificada em todos os pontos e instâncias da rede de atenção;
- incorporar a categoria trabalho como determinante do processo saúde-doença dos indivíduos e da coletividade, incluindo-a nas análises de situação de saúde e nas ações de promoção em saúde;
- assegurar que a identificação da situação do trabalho dos usuários seja considerada nas ações e serviços de saúde do SUS e que a atividade de trabalho realizada pelas pessoas, com as suas possíveis conseqüências para a saúde, seja considerada no momento de cada intervenção em saúde;
- assegurar a qualidade da atenção à saúde do trabalhador usuário do SUS.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ **ESTRATÉGIAS** (cap. III, art. 9º)

- Integração da Vigilância em Saúde do Trabalhador junto aos demais componentes da Vigilância em Saúde e com a Atenção Primária em Saúde
- Análise do perfil produtivo e da situação de saúde dos trabalhadores
- Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde
 - Ações de ST junto à APS
 - Ações de ST junto à Urgência e Emergência
 - Ações de ST junto à Atenção Especializada (Ambulatorial e Hospitalar)
- Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial
- Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social
- Desenvolvimento e capacitação de recursos humanos
- Apoio ao desenvolvimento de estudos e pesquisas

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- Estratégia: Integração da VISAT c/ os demais componentes da VS e c/ a APS
- Planejamento conjunto entre as vigilâncias, com eleição de prioridades comuns para atuação integrada, com base na análise da situação de saúde dos trabalhadores e da população em geral, e no mapeamento das atividades produtivas e com potencial impacto ambiental no território;
- Proposição e produção de indicadores conjuntos para monitoramento e avaliação da situação de saúde;
- Produção conjunta de metodologias de ação, de investigação, de tecnologias de intervenção, de avaliação e de monitoramento das ações de vigilância nos ambientes e situações epidemiológicas;
- Atualização e ou revisão dos códigos de saúde, com inserção de disposições sobre a vigilância em saúde do trabalhador e atribuição da competência de autoridade sanitária às equipes de vigilância em saúde do trabalhador, nos estados e municípios.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- Estratégia: Estruturação da RENAST no contexto da Rede de Atenção à Saúde
 - a) Ações de ST junto à APS
- Reconhecimento e mapeamento das atividades produtivas no território;
- Reconhecimento e identificação da população trabalhadora e seu perfil sócio ocupacional no território;
- Reconhecimento e identificação dos potenciais riscos e impactos (perfil de morbimortalidade) à saúde dos trabalhadores, das comunidades e ao meio ambiente, advindos das atividades produtivas no território;
- Identificação da rede de apoio social aos trabalhadores no território;
- Identificação e registro da situação de trabalho, da ocupação e do ramo de atividade econômica dos usuários das unidades e serviços de APS;
- Suspeita e ou identificação da relação entre o trabalho e o problema de saúde apresentado pelo usuário, para fins de diagnóstico e notificação dos agravos relacionados ao trabalho.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- Estratégia: Fortalecimento e ampliação da articulação intersetorial
- Aplicação de indicadores de avaliação de impactos à ST e das comunidades nos processos de licenciamento ambiental, de concessão de incentivos ao desenvolvimento, mecanismos de fomento e incentivos específicos;
- Fiscalização conjunta onde houver trabalho em condições insalubres, perigosas e degradantes, como nas carvoarias, madeireiras, canaviais, construção civil, agricultura em geral, calcareiras, mineração, entre outros, envolvendo MTE, MPS, MMA, SUS e Ministério Público;
- Compartilhamento e publicização das informações produzidas por cada órgão e instituição, inclusive por meio da constituição de observatórios, de modo a viabilizar a adequada análise de situação, estabelecimento de prioridades, tomada de decisão e monitoramento das ações.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- Estratégia: Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social
 - Acolhimento e resposta às demandas dos representantes da comunidade e do controle social;
 - Buscar articulação com entidades, instituições, ONGs, associações, cooperativas e demais representações de categorias de trabalhadores, presentes no território, inclusive as inseridas em atividades informais de trabalho e populações em situação de vulnerabilidade;
 - Estímulo à participação de representação dos trabalhadores nas instâncias oficiais de representação social do SUS, a exemplo dos conselhos e comissões intersetoriais, nas três esferas de gestão do SUS;
 - Apoiar o funcionamento das CIST dos Conselhos de Saúde, nas três esferas de gestão do SUS;

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- Estratégia: Estímulo à participação da comunidade, dos trabalhadores e do controle social (cont.)
 - Inclusão da comunidade e do controle social nos programas de capacitação e educação permanente em ST, sempre que possível, e inclusão de conteúdos de ST nos processos de capacitação permanente voltados para a comunidade e o controle social, incluindo grupos de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, com vistas às ações de promoção em ST;
 - Transparência e facilitação do acesso às informações aos representantes da comunidade, dos trabalhadores e do controle social.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ DAS ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES DO SUS (cap. IV, seção I)

- Responsabilidades da União, dos Estados, do DF e dos Municípios, em seu âmbito administrativo, além de outras que venham a ser pactuadas pelas Comissões Intergestores: (art. 10)
- À direção nacional do SUS: (art. 11)
- À direção estadual do SUS: (art. 12)
- Aos gestores municipais de saúde: (art. 13)

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ DAS ATRIBUIÇÕES DOS CEREST E DAS EQUIPES TÉCNICAS (cap. IV, seção II)

• CEREST

- Desempenhar as funções de suporte técnico, de educação permanente, de coordenação de projetos de promoção, vigilância e assistência à ST, no âmbito da sua área de abrangência;
- Dar apoio matricial para o desenvolvimento das ações de ST na APS, nos serviços especializados e de urgência e emergência, bem como na promoção e vigilância nos diversos pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde;
- Atuar como centro articulador e organizador das ações intra e intersetoriais de ST, assumindo a retaguarda técnica especializada para o conjunto de ações e serviços da rede SUS e se tornando pólo irradiador de ações e experiências de vigilância em saúde, de caráter sanitário e de base epidemiológica.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

- ❑ **DAS ATRIBUIÇÕES DOS CEREST E DAS EQUIPES TÉCNICAS** (cap. IV, seção II)
 - EQUIPES TÉCNICAS
 - As equipes técnicas de ST, nas três esferas de gestão, com o apoio dos CEREST, devem garantir sua capacidade de prover o apoio institucional e o apoio matricial para o desenvolvimento e incorporação das ações de ST no SUS.

POLITICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA – PNST

❑ DA AVALIAÇÃO E DO MONITORAMENTO (cap. V)

- As metas e os indicadores para avaliação e monitoramento da Política devem estar contidos nos instrumentos de gestão definidos pelo sistema de planejamento do SUS: Planos de Saúde; Programações Anuais de Saúde; e Relatórios Anuais de Gestão.
- O planejamento estratégico deve contemplar ações, metas e indicadores de promoção, vigilância e atenção em ST, nos moldes de uma atuação permanentemente articulada e sistêmica.
- As necessidades de ST devem ser incorporadas no processo geral do planejamento das ações de saúde, mediante a utilização dos instrumentos de pactuação do SUS, o qual é um processo dinâmico, contínuo e sistemático de pactuação de prioridades e estratégias de ST nos âmbitos municipal, regional, estadual e federal, considerando os diversos sujeitos envolvidos neste processo.

- ❑ Manual de Gestão da RENAST – consulta pública (2 meses) e publicação em 2013.

Visite o *site* da SVS
www.saude.gov.br/svs

Disque Notifica
0800-644-6645
notifica@saude.gov.br



OBRIGADO !

CGSAT

cosat@saude.gov.br

PISAST

www.saude.gov.br/svs/pisast



SVS
Secretaria de
Vigilância em Saúde

Ministério da
Saúde

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA